



FACULDADE DO ESPÍRITO SANTO

SANDRA ALVES RAMOS

**AS DIFICULDADES DE JOVENS E ADULTOS DE
PERMANECEREM NA EJA**

EUNÁPOLIS/BA
2023

SANDRA ALVES RAMOS

**AS DIFICULDADES DE JOVENS E ADULTOS DE
PERMANECEREM NA EJA**

Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia
apresentado à banca examinadora da
Faculdade do Espírito Santo, como exigência
parcial para obtenção do título de pedagoga.

Orientador(a): Gilberto Pereira Fernandes

EUNÁPOLIS/BA
2023

SANDRA ALVES RAMOS

**AS DIFICULDADES DE JOVENS E ADULTOS DE
PERMANECEREM NA EJA**

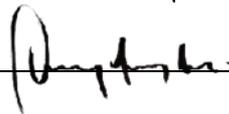
Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia apresentado à banca examinadora da Faculdade do Espírito Santo como exigência parcial para obtenção do título de pedagoga.

Banca Examinadora

Nome completo – Orientador Gilberto Pereira Fernandes
Faculdade do Espírito Santo (FAES)



Nome completo – Avaliador(a) 1 _____
Faculdade do Espírito Santo (FAES)



Nome completo – Avaliador(a) 2 _____
Faculdade do Espírito Santo (FAES)



Não basta saber que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.

(Paulo Freire)

Dedico este trabalho aos estudantes de pedagogia e as pessoas interessadas neste tema de estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus por ter proporcionado a realização do meu sonho de uma graduação.

Agradeço ao meu orientador Gilberto Pereira Fernandes por toda paciência e atenção, bem como a todos os meus professores por sua dedicação em mostrar o caminho para o conhecimento.

Aos meus familiares por todo apoio e minha linda filha Stéphanie Alves de Souza por apoiar, torcer e no primeiro momento me ajudar nesta jornada de construção do saber.

A minha família Shalom apoio e oração, amigos que entenderam o meu sonho, os que não entenderam também, bem como aos colegas que estavam sempre dispostos a me ajudar nas dificuldades.

De maneira muito singular deixo a minha gratidão e oração para Daniele Bento e Carlos Alberto por acreditarem em meu potencial para uma graduação quando nem eu mesma acreditava.

RAMOS, Sandra Alves. **As dificuldades de jovens e adultos de permanecerem na EJA**. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade do Espírito Santo (FAES). Eunápolis, BA, 2023.

Resumo

Muitos jovens e adultos sonham com a possibilidade de dar continuidade aos estudos interrompidos em algum momento de suas vidas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido uma estratégia muito potente para o alcance desse objetivo. Entretanto, permanecer frequentando a EJA é complicado pois ainda o Programa de Jovens e Adultos necessita de adaptações. Acreditamos na necessidade de desenvolvimento de uma modalidade de educação que resolva o problema da defasagem de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola. Para tanto, traçamos como objetivo geral neste texto, refletir sobre as dificuldades vivenciadas pelos alunos inseridos da EJA. Como objetivos específicos apresentamos um breve percurso da educação popular e a EJA no Brasil para refletir sobre as dificuldades de permanência dos alunos matriculados neste programa. Para alcançar os objetivos citados utilizaremos com método a revisão bibliográfica. Esperamos com essa produção contribuir para a ampliação da discussão sobre o EJA em relação às estratégias de permanência dos alunos na modalidade.

Palavras chave: Educação de jovens e adultos. Permanência. EJA.

RAMOS, Sandra Alves. **The difficulties of young people and adults to remain in EJA**. Course Completion Work (Monograph) presented to the Undergraduate Course in Pedagogy at Faculdade do Espírito Santo (FAES). Eunápolis, BA, 2023.

Abstract

Many young people and adults dream of the possibility of continuing their studies interrupted at some point in their lives. Youth and Adult Education (EJA) has been a very powerful strategy for achieving this goal. However, continuing to attend EJA is complicated because the Youth and Adult Program still needs adaptations. We believe in the need to develop an education modality that solves the problem of young people and adults who have not had access to school. Therefore, we set out as a general objective in this text, to reflect on the difficulties experienced by students inserted in EJA. As specific objectives, we present a brief journey of popular education and EJA in Brazil to reflect on the difficulties of permanence of students enrolled in this program. To achieve the aforementioned objectives, we will use a bibliographical review method. With this production, we hope to contribute to the broadening of the discussion on EJA in relation to strategies for students to remain in

Keywords: Youth and adult education. Permanence. EJA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	15
2 MOVIMENTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL	25
3 AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA EJA	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

O sonho de jovens e adultos para continuar os estudos é uma realidade palpável através da criação da modalidade de educação; a Educação de Jovens e Adultos (EJA). E o que vem a ser a EJA? É uma modalidade para atender a jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade própria.

Partindo dessa perspectiva apresentamos com justificativa para este trabalho a necessidade de desenvolvimento de uma modalidade de educação que resolva o problema da defasagem de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola. Muitos abandonaram a escola por questões sociais, trabalho excessivo, uma vez que geralmente a atividade profissional ocupa muito tempo na vida dos estudantes; o outro aspecto é a baixa autoestima que leva os estudantes a não acreditarem na sua potencialidade.

Muitas vezes a escola se preocupa em levar o indivíduo a se preparar para o mercado de trabalho, mas temos consciência que a educação tem uma tarefa muito mais ampla do que essa. Envolve construir autonomias e socialização na vida e no trabalho. Mas por que tantos jovens ficam fora da escola, se a EJA é um direito do cidadão? E por que muitas pessoas ainda acreditam que a EJA é filantropia dos governos?

Para responder às questões elencadas, alguns temas precisam ser discutidos, dentre eles, a questão socioeconômica que é o maior desafio para que este aluno chegue à escola e permaneça. Muitas pessoas têm vergonha de voltar para sala de aula, embora acreditem que isto pode transformar a sua vida. As pessoas que acreditam que a EJA se trata de um programa filantrópico, pensam de modo equivocado, pois essa modalidade de educação é um direito adquirido através de muitas lutas e conquistas.

Na década de 1960, Paulo Freire teve algumas experiências com a educação de adultos, que trouxe visibilidade para esta modalidade. Podemos constatar em várias obras dele que o saber sobre novas experiências feitas por muitos alunos é

fundamental no ensino. É preciso considerar o conhecimento que possuem quando chegam à sala de aula e tentar mostrar-lhes que é possível recuperar o tempo perdido, pois muitos acreditam que não sabem nada e muitos deles são letrados, porém, infelizmente não alfabetizados.

O questionamento levantado pela autora Talita Costa de Oliveira Almeida (2021), sobre a Educação de Jovens e Adultos na educação, nos ajuda a refletir sobre os principais fundamentos desta modalidade e a sua relevância para este público, como pode ser conferido a seguir.

Quais as relações entre as políticas educacionais para Educação de Jovens, Adultos e Idosos e a educação permanente? Como resultado, identificam-se como pontos de convergência entre a educação permanente e as políticas educacionais para EJA as características histórica e conceitual, pois a EJA é parte da concepção de educação permanente e ambas possuem características comuns ao fato de não estabelecerem restrições de faixa etária para aprender e se desenvolverem em diferentes âmbitos da educação, como o não formal e o informal. (ALMEIDA, 2021, p.59)

O trecho supracitado, discute a EJA como uma modalidade de educação permanente e ao longo da vida, uma vez que não estabelece idade para o acesso e, a questão curricular está relacionada aos temas da vida. Por isso é importante que em sala de aula, o professor tenha uma atenção redobrada para este aluno e para os processos de ensino e aprendizagem, o que diferencia para que ele vença as dificuldades. É importante que o professor tenha

[...] o conhecimento do contexto se relaciona com o local em que se desenvolve o ensino e com as pessoas a quem ele é ministrado. Para cada turma, série e nível de ensino são feitas adaptações ao saber a ser construído. Esses saberes são adquiridos na prática, na vivência do cotidiano escolar. Os professores que atuam na EJA, se não tomarem consciência desses elementos na sua formação, ficarão reféns cada vez mais de práticas modeladoras e de reproduções de práticas bem-sucedidas, que, na maioria das vezes, nada têm a dizer aos seus alunos (JARDELINO, ARAÚJO, 2014, p. 158).

A partir da compreensão do autor, o proposto por lei em relação a questão curricular voltada para atender aos jovens e adultos trabalhadores vem sendo minada, perdendo o significado e a identidade original, com a presença do jovem aluno excluído da escola de ensino regular, se vendo este obrigado a buscar um refúgio na EJA – a via rápida para que possa superar os desencontros vividos na

escola, ou mesmo uma solução para os seus problemas – como recurso possível e disponível à inclusão. Não seria absurdo dizer que eles vão à escola sem um propósito, uma expectativa ou um objetivo; estão nela apenas para dar sentido ao que preconiza a lei.

Não muito distante dos dias atuais, o processo de insucesso escolar gerou um contingente de alunos excluídos, em sua maioria, procedentes do campo, marcados fortemente pelo analfabetismo extremo e pela falta de oportunidades. Para o enfrentamento desse cenário, foi preciso estabelecer políticas públicas para atender o perfil desses sujeitos, com programas de alfabetização e escolarização. A partir daí a EJA assumiu o cunho social de inclusão, ao abrigar nos seus programas novos indivíduos que passaram pelo processo de exclusão, com histórico de abandono e de reprovação escolar.

No capítulo 1 – Apresentamos concepções

No capítulo 2 – Detalharemos o

No capítulo 3 – Apresentamos o

1 PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Se olharmos para a educação brasileira, desde o período colonial, podemos perceber que ela tinha um cunho específico direcionado às crianças, mas “indígenas adultos foram também submetidos a uma intensa ação cultural e educacional”.

A educação era oferecida pela “Companhia Missionária de Jesus”, cuja função básica era catequizar (iniciação à fé) e alfabetizar os índios na língua portuguesa, especialmente os indígenas que viviam no litoral da colônia brasileira. Este processo aconteceu até a saída dos jesuítas do Brasil em 1759. A partir daí a educação de adultos entra em colapso e fica sob a responsabilidade do Império, que não um projeto de formação e organização da educação.

A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), davam ênfase a política pombalina eram voltadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas.

Dessa forma, a história da educação brasileira foi sendo demarcada por uma situação peculiar que era o conhecimento formal monopolizado pelas classes dominantes. Essa contextualização nos dá a situação em que se iniciou a educação brasileira. É importante lembrar que a partir da constituição Imperial de 1824 procurou-se dar um significado mais amplo para a educação, garantindo a todos os cidadãos a alfabetização, no entanto, essa lei infelizmente ficou só no papel.

Em 1834 foi instituída as Assembleias Legislativas provinciais com o poder de elaborar o seu próprio regimento, e, desde que estivesse em harmonia com as imposições gerais do Estado, caber-lhe-ia legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica local; legislar sobre a instrução pública, repassando ao poder local o direito de criar estabelecimentos próprios, além de regulamentar e promover a educação primária e secundária. Ao Governo Central ficava reservado o direito, a primazia e o monopólio do ensino superior. Graças à descentralização, em 1835, surgiu a primeira escola normal do país, em Niterói.

Baseado nessa Lei, cada província passava a responder pelas diretrizes e pelo funcionamento das suas escolas de ensino elementar e secundário. Logo se defrontaram, porém, com as dificuldades para dar instrução de primeiras letras aos moradores dos lugares distantes e isolados. Neste período, o acesso à escolarização era precário ou inexistente, tanto por falta de escolas, quanto de professores.

Foi no século XIX que a educação foi organizada em três níveis: primário, secundário e superior. o primário consistia em saber ler e escrever, o secundário se manteve nas aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica) e ensino superior, era cursado por poucas pessoas, de modo que a grande maioria da população não conseguia chegar até este nível por falta de dinheiro e oportunidade. Vale ressaltar que a maior parte destes alunos eram homens brancos.

No Rio de Janeiro no ano de 1837 foi criado o Colégio Pedro II, onde funcionava o Seminário de São Joaquim. O Colégio Pedro II fornecia o diploma de bacharel, título necessário na época para cursar o nível superior. Foram também criados nesse mesmo período colégios religiosos e alguns cursos de magistério em nível secundário, apenas para o sexo masculinos. O colégio de Pedro II era frequentado pela elite da época, os filhos de coronéis e filhos de aristocratas, e era oferecido o melhor ensino, a melhor cultura, com o objetivo de formar as elites dirigentes.

Por ser voltada para a elite, as escolas funcionam como modelo para as demais no país, de modo que “[...] a responsabilidade direta pelo ensino primário e secundário, através das leis e decretos que vão sendo criados e aprovados, sem que seja aplicado, pois não existiam escolas e poucos eram os professores.” (NASCIMENTO, 2004, p. 95).

Por ser bastante rara a escolarização, quase não era notada a presença do Estado na educação no período imperial, pois era uma sociedade escravagista, autoritária e formada para atender a uma minoria encarregada do controle sobre as novas gerações. Era uma enorme contradição da lei que proclamava a educação primária para todos, o que na prática não acontecia.

Por fim, em 20 de dezembro de 1961 foi promulgada a LEI Nº 4.024 que dava direito a todo o cidadão, a ter uma educação escolarizada, pois antes dessa lei a família era quem tinha o dever de providenciar como seria a educação dos seus

filhos. Para o poder público caberia a liberdade de iniciativa particular de ministrar o ensino em todos os graus, na forma da lei em vigor. A obrigação do Estado era de fornecer recursos indispensáveis para a família e na falta desta, os demais membros da sociedade se desobrigam dos encargos da educação, quando provado a insuficiência de meios de modo que fosse assegurado igualdade de oportunidades a todos, especialmente aqueles cuja família não tivesse condição de pagar, contudo não mudou muita coisa.

Salientamos que foi nesta Lei 4.024 que foi criada a formação do magistério para o ensino primário e médio, já dando oportunidades para as mulheres. “O ensino Normal” teria por finalidade formar professores, orientadores, supervisores e administradores destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

A Lei Nº 5.692, de agosto de 1971 preconizava o ensino de 1º e 2º graus tendo por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. Os currículos do ensino de 1º e 2º graus teriam um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

Foi a partir da Lei 5.962 que a EJA deu os seus primeiros passos, sendo tratada como Ensino Supletivo que teria como finalidade, suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tinham conseguido concluir na idade própria. E, assim, podiam voltar à escola, e realizar estudos de aperfeiçoamento ou atualização a partir do que havia cursado no ensino regular.

O ensino supletivo passa a ser visto como uma oportunidade para aqueles que se afastaram da escola. Especialmente no campo da alfabetização atenderia as necessidades de iniciação da leitura, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos. Os cursos supletivos tinham estrutura, duração e regime escolar que se ajustavam às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinavam.

Em 1996 com a nova Lei 9.394 preconiza que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Também foi assegurado um sistema de ensino gratuito aos jovens e aos adultos, que não tem condições de terminar os estudos na idade regular, dando uma oportunidade de uma educação apropriada, considerando o seu lugar de moradia, suas características culturais e sociais.

A partir da Lei 9.394 se tornou responsabilidade do Poder Público viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Depois destas Lei 9.394 a educação para Jovens e adultos foi tomando outro rumo e melhorando pouco a pouco com a Lei 11.741 de 2008.

A educação de jovens e adultos articulou educação com profissão dando mais oportunidade para estes alunos, de modo que o sistema de ensino manteve cursos e exames supletivos, que compendia o currículo da base nacional com isso habilita o seguimento de estudos em caráter regular ficou estabelecido que o nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos, o nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF. Foi implantado em rede nacional em janeiro de 1998, como o novo sistema de redistribuição de recursos para o ensino fundamental no Brasil. o FUNDEF Favia então cumprir a constituinte de 1988. Quer afirmar que o recurso para parte da educação sairia do Estado, Município e Governo Federal, ou seja, é um fundo instituído em cada estado e no distrito federal e seus recursos deveriam ser aplicados apenas na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, deixando de morar a modalidade EJA.

Assim foi criado a ementa constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo decreto nº 6.253/2007, em substituição ao FUNDEF o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação FUNDEB.

Então a modalidade EJA passou a estar na política de fundos de financiamento da educação, levando à expectativa de que essa medida resultaria na ampliação da oferta a esta modalidade..

2 MOVIMENTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Como já sinalizamos com o público alvo desta modalidade de ensino, São jovens e adultos que por conta de algumas dificuldades no decorrer de sua história não conseguiram concluir ou cursar a modalidade “normal” . do ensino fundamental ou médio. a pessoa chega na sua maturidade e sente um desejo de retornar para formação escolar. Não podemos esquecer que durante muito tempo a modalidade EJA também era responsável pela alfabetização .

A sociedade brasileira passou por uma série de mudanças de caráter, político, econômico, cultural e social, o que influenciou na valorização do EJA - Educação de Jovens e Adultos. Neste contexto, surgiu em 1950 o método Paulo Freire que em uma concepção libertadora, considerava a realidade em que o aluno estava inserido para promover sua emancipação da condição de oprimido para a de cidadão crítico e atuante na sociedade. Houve uma ruptura na proposta de Freire quando iniciou o Regime Militar. O governo decidiu pela implantação de um modelo mais apropriado para a formação de mão de obra. Assim que a EJA sofreu mudanças, foi adotada uma educação mais tecnológica.

Antes desta ruptura, as ideias de Paulo Freire se expandiram por todo o país, e a partir de então, passou a ser reconhecido nacionalmente, tanto pela educação popular, quanto pela educação para adultos. O método de alfabetização utilizado por ele tinha a característica de possuir uma perspectiva libertadora. Ela tinha como base principalmente o conhecimento que o aluno já trazia com ele, buscando compreender suas próprias experiências de vida, partindo do uso de “palavras geradoras”, fazendo com que o aluno adquirisse consciência crítica, podendo compreender e questionar sua própria.

Por essas novas concepções, educador e educando devem interagir. São criados novos métodos de aprendizagem, por meio dos quais o alfabetizador trabalha o conteúdo a ser ensinado - a língua escrita - com a preocupação de que seus alunos estejam compreendendo o sentido para o sistema da escrita, a partir de temas e palavras geradoras, ligadas às suas experiências de vida (LOPES, [20--], p. 10)

O projeto deu muito certo, o Governo Federal em 1963 convidou Paulo Freire para desenvolver o Plano Nacional de Alfabetização. Neste contexto, a educação tomou novos rumos e passou a ser vista em outras perspectivas.

Em dezembro de 1967, de acordo com a Lei nº5.379 o Governo Militar assumiu o controle da alfabetização de adultos criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral. Que foi direcionado para a faixa etária de 15 a 30 anos.

O Mobral foi criado com algumas metas consideradas de grande importância para toda a população adulta analfabeta da época. Na concepção do regime militar, tinha como seus principais objetivos: erradicar o analfabetismo, integrar os analfabetos na sociedade, dar oportunidades a eles através da educação, buscando assim, benefícios para a população menos favorecida financeiramente e principalmente a alfabetização funcional, com a aquisição de técnicas de leitura, escrita e cálculos.

O métodos que foram utilizados no ensino do Mobral, segundo Aranha (1996, p. 207), pode-se dizer que eram praticamente os mesmos adotados por Paulo Freire, porém com aspecto diferentes, pois o governo oferecia o seu avesso; portanto não muito completo, utilizava se do método das fichas de leitura, mas não considerava o conhecimento que o aluno trazia com sigilo e tampouco existia o processo de conscientização, tão defendido pelo educador Paulo Freire

Acreditamos que o “método” de Paulo Freire e o MOBREAL baseiam-se em filosofias e metodologias totalmente opostas - enquanto o primeiro procura partir dos conhecimentos prévios dos alunos, levando em consideração suas experiências de vida, suas particularidades, e a partir destes pontos ocorre o trabalho com os conteúdos de ensino, no segundo, houve uma massificação e imposição dos conteúdos, sem atentar às diferenças regionais e singularidades dos alunos (HORIGUTI, 2009, p. 04).

No ano de 1970, o Mobral teve uma considerável expansão, tanto na continuidade de sua proposta como na área territorial. Também teve o reconhecimento muito importante pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), o que possibilitou diversos acordos de cooperação técnicas de alfabetização com outros países, como Paraguai, Bolívia, Jamaica, Senegal, Guatemala e Espanha, entre outros.

Em contra partida também foi muito criticada por vários educadores, como; Anísio Teixeira, Célia da Rocha e outros eles afirmavam que os métodos utilizados pelo governo não alfabetizavam os alunos, por ficarem muito distantes da proposta de Paulo Freire.

Em 1971, no que se refere às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, implantou o ensino supletivo para jovens e adultos, que passou a ser reconhecido como um direito de cidadania, mais não ofereceram recursos apropriados para atender a demanda já existente neste segmento de ensino

Durante muito tempo o governo desenvolveu novas políticas para melhorar o programa MOBRAL. Teve políticas que agregou melhorias ao programa, outras só para arrecadar fundos e outras gostaria de saber para que foram criadas. Porque o número de analfabetos só crescia.

Em 1985 quando o país chega aproximadamente 30 milhões de jovens e adultos analfabetos, resolveram extinguir o MOBRAL e substituir por uma nova política que passou a ser denominada como Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, destinado às pessoas que foram privadas do ensino educacional por qualquer que seja o motivo.

Em 1988 com a Constituição Federal, foi ampliado os deveres do Estado para o ensino de jovens e adultos tornado gratuito para toda população. Na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394 de 1996, a LDB deixou explícito que a modalidade de ensino AJE possui um caráter de educação inclusiva e compensatória. Fazendo o Estado elevar o seu índice de investimento para poder atingir o maior número de alunos.

Foram realizadas desde 1949 até os dias de hoje, seis CONFINTEAS, com crescente número de participantes em todas as conferências, que aconteceram em diferentes lugares do mundo: Elsinore - Dinamarca, Montreal - Canadá, Tóquio - Japão, Paris - França, Hamburgo - Alemanha e a última conferência em Belém - Brasil.

Baseado neste modelo também foi criado a nível nacional. Fóruns Estaduais de EJA, que fez com que o MEC instituísse uma Comissão Nacional voltada para este segmento de ensino, com a recomendação de que cada Estado deveria realizar um encontro para que se pudesse diagnosticar as metas e ações necessárias. A realização deste encontro foi vista de maneira positiva pelas instituições envolvidas.

Através destes encontros e estaduais que começou a se discutir com que estratégia poderia trabalhar as diversas dificuldades que o aluno da EJA entra no logo da sua caminhada.

3 AS DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA EJA

O público é composto por pessoas que têm uma árdua jornada de trabalho, a dificuldade de chegar na escola e permanecer acordado para poder avançar nos estudos é muito grande. Além das questões sociais, existe um certo desconforto por parte de algumas escolas em planejar ações de motivação para a permanência dos alunos.

Há casos em que os alunos desta modalidade já foram discriminados (nomeados de vândalos, marginais, coitadinhos, despreparados, etc.), claro que não nos auto falantes, mais discretamente por alguns profissionais da escola. Diante de tudo que tive a oportunidade de ler, uma das dificuldades de permanência é a questão social vivida fora da instituição, como violência familiar, doenças já adquiridas pois estamos falando de Jovens e Adultos com uma árdua jornada de trabalho, desacreditado em si mesmo e desemprego.

Alguns aspectos contribuem para a interrupção da trajetória de retorno e permanência na EJA.

O horário das aulas não era compatível com o horário de trabalho ou de procurar trabalho (27,9%); o horário das aulas não era compatível com o horário dos afazeres domésticos (13,6%); tinha dificuldade de acompanhar o curso (13,6%); não havia curso próximo à residência (5,5%); não havia curso próximo ao local de trabalho (1,1%); não teve interesse em fazer o curso (15,6%); não conseguiu vaga (0,7%); e outro motivo (22,0%) (PNAD, 2009).

Tais dados só vem reafirmar tudo que eu pesquisei até o momento. Fica muito evidente que a trajetória escolar dos alunos da EJA que em sua grande maioria está vinculada a precária condição de sobrevivência ; pobreza , falta de oportunidades,o racismo, as exclusões , deixando assim mais vulneráveis e disposta a desistir de tudo.

Ao contrário do que geralmente costuma-se afirmar, os sujeitos da EJA não são os responsáveis pelo abandono da escola, a interrupção não se dá apenas porque tais pessoas não querem estudar. Na realidade, são vítimas da desigualdade social que acomete este grupo. Outro aspecto tem relação com a modalidade EJA no

modelo de ensino implantado pelas Secretarias Municipais de Educação, pouco se preocupou com as condições em que são realizadas as aulas, e também não a preocupação com a qualidade da formação do docente. Há muita procura, porém a grande maioria das secretarias Municipais apenas disponibiliza o espaço físico.

Ainda há pouca formação de professores à frente desta modalidade. Professores especialistas em EJA ou em Educação Popular são encontrados apenas nas cidades maiores. Na verdade, muitas Secretarias Municipais não conseguem construir propostas pedagógicas para a EJA, no sentido de não conhecer a real necessidade do seu público. Por isso tendem a repetir as mesmas práticas desenvolvidas com as crianças e adolescentes.

Vale ressaltar que muitos professores conseguem desenvolver sua prática pedagógica educativa em sala de aula para esta modalidade. Desmistificando que o professor é o maior, senão o único responsável pela dificuldade deste alunos.

O que deu para perceber foi a partir do momento que a secretaria atualizasse com devido cuidado o perfil do professor que ficar a frente desta modalidade as dificuldades seriam melhores sanadas. Não importando se o profissional é ou não especialista na modalidade EJA, porém o que importa para que a prática pedagógica educacional se deslanche e se o profissional a frente tem realmente desejo de trabalhar com esta modalidade e não para complementar carga horária .

Nessa pesquisa buscamos ouvir os professores para evidenciar o seu pensamento sobre as dificuldades enfrentadas por ele para desenvolver uma prática pedagógica que seja significativa e que promova de fato o processo de ensino/aprendizagem em turmas de EJA. Por meio de uma abordagem qualitativa, demos voz ao professor, para saber como ele entende a sua atividade pedagógica e os impactos provocados por ela naquelas turmas.(O desafio de (RE) significar a prática docente na EJA
Gilberto Pereira Fernandes)

Os desafios listados nesta pesquisa aponto a cobrança exacerbada no profissional. Muitos deles sentem-se cobrados principalmente com relação a fugir do tradicional método de ensino. Os diferentes projetos produzidos para esta modalidade muitas vezes são criados por profissionais que nunca vivenciaram a prática de sala de aula. Quando ocorre o fracasso o professor mais uma vez é convidado a mudar sua metodologia.

Quando o profissional se determina a trabalhar nesta modalidade ele se dedica e pesquisa melhores métodos para que o seu público esteja melhor atendido e caminhe progressivamente no caminho do saber.

Acredito que o planejamento dessas aulas do EJA estivesse sempre em construção pois quando um professor conhece o contexto em que o aluno vem , vive e trabalha, fica mais fácil de trabalhar tanto o aluno do ensino fundamental quanto o ensino médio.

ESCREVER MAIS ESSA FOLHA E PELO MENOS 1 PARAGRAFO NA SEGUINTE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tantos aspectos abordados, há questionamentos a serem feitos e pesquisado é: Quais as possíveis dificuldades enfrentadas na EJA? Os alunos sabem que têm este direito? Que políticas de inclusão e permanência nas secretarias possuem? Será que elas não fazem a propaganda adequada dos projetos EJA?.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; lei 9.394/96. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DA CRUZ, Neilton Castro. Um estudo sobre casos de trajetórias ininterruptas de estudantes da EJA no Ensino Fundamental. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2011. 118 p. Dissertação (mestrado): UFMG/FaE.

CASOS POUCO PROVÁVEIS: trajetórias ininterruptas de estudantes da EJA no ensino fundamental.

Revista HISTEDBR On-line Artigo Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010 - ISSN: 1676-258449

blog de Jamildo - por Janildo Meio e equipe. Política do Recife, Pernambuco e do Brasil.

artigo com 1 autor

FERNANDES, Gilberto Pereira. **O desafio de (re) significar a prática docente na EJA**. Natal: Realize, 2016. Disponível em <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA12_ID988_17082016201932.pdf> Acesso em 04.out.2022

Livro Com 2 autores ou organizadores

MARQUES, Maria Inês Corrêa; FERNANDES, Gilberto Pereira. (Organizadores) **Tecnologia social e difusão do conhecimento: epistemologias multirreferenciais, redes e inovação**. (organizadores). - Salvador: Edufba, 2020.

_____. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L.S. ; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 10ª ed. São Paulo: Ícone, 2006. Cap. 6.

capítulo de livro Com 2 autores ou organizadores

FERNANDES, Gilberto Pereira.; MARQUES, Maria Inês Corrêa; MAURÍCIO VIEIRA KRITZ. O saber e o conhecimento nas sociedades sociocognitivas. In: MARQUES, Maria Inês Corrêa; FERNANDES, Gilberto Pereira. (Organizadores) **Tecnologia social e difusão do conhecimento**: epistemologias multirreferenciais, redes e inovação. (organizadores). - Salvador: Edufba, 2020.

Artigo com 3 autores ou organizadores em revista científica

FERNANDES, Gilberto Pereira; et. al;

GONÇALVES, Paulo; AMORIM, Antonio. Gestão de recursos tecnológicos em colégios estaduais baianos: as múltiplas possibilidades de ação pedagógica na EJA. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, p. 890-909, 2016.

citando uma dissertação

FERNANDES, Gilberto Pereira. Design didático na web: Autoria colaborativa do professor em contexto da EJA. 190f. 2016. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação (Scriptu sensu) em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador/BA, 2016. Disponível em <http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/645/1/FERNANDES%20%20dissertacao.pdf>.> Acesso em 04.out.2022.

citando uma tese

FERNANDES, Gilberto Pereira. **ABEMA: Aprendizagem Baseada em Estratégias Metodológicas Ativas**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Doutorado Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (PPGDC). Universidade Federal da Bahia (UFBA). Faculty of Education (FACED), Salvador, BA, 2022. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/>>Acesso em 04.10.2022.